



Senado analisará plano que destina 10% do PIB à educação



Tônia Régio/ABr

Professora da rede pública no Rio de Janeiro: projeto de lei que amplia o investimento em educação foi aprovado na Câmara dos Deputados há duas semanas

Hoje o setor recebe apenas 5%. Ampliação do investimento público no setor prevista no PNE seria progressiva, ao longo de 10 anos

O Senado deve começar nos próximos dias o exame do Plano Nacional de Educação 2011—2020. A votação do PNE foi concluída no dia 16 na Câmara. Pelo texto aprovado, o governo se compromete a investir na área pelo menos 7% do PIB nos primeiros cinco anos de vigência do plano, e 10% ao final de dez anos. Se a lei já estivesse vigorando plenamente em 2012, a educação receberia este ano investimentos públicos de R\$ 414 bilhões, o dobro do valor atual. **3**

Grupo entrega anteprojetos do pacto federativo amanhã **4**

Volta à pauta benefício para empresa em área de exportação **4**

Financiamento da casa própria poderá incluir móveis **4**

Créditos adicionais recebem emendas até 5ª **2**

Pedro Franco/Agência Senado



O organizador do evento, Jerônimo Moscardo, o filósofo Auterives Maciel Júnior e o vice-reitor da Unilegis, Carlos Mathias

Para filósofo, individualismo em excesso prejudica o país

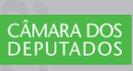
Em seminário no Senado, Auterives Maciel Júnior, da PUC-Rio, disse que o brasileiro está perdendo o “espírito mestiço, heterogêneo”, característico dos índios e dos escravos negros, e ficando mais individualista. Segundo o filósofo, as pessoas priorizam o dinheiro e o trabalho, e não as relações afetivas. **2**

.leg

O legislativo mudou de endereço.

www.tcu.leg.br www.senado.leg.br www.camara.leg.br

.leg é o legislativo na internet.



Auterives Maciel Júnior, da PUC-Rio, fechou ciclo de debates no Senado falando do risco que os brasileiros correm ao deixar para trás as relações afetivas características dos índios e dos escravos africanos

Para filósofo, individualismo leva à degradação do país

O INDIVIDUALISMO EXAGERADO pode levar à degradação do país, defende o filósofo Auterives Maciel Júnior.

— O Brasil pode tornar-se um canteiro de seres individualistas — afirmou.

Maciel Júnior, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), falou na quinta-feira no Senado, no encerramento do segundo ciclo de debates do *Fórum Senado Brasil 2012*. O tema da palestra foi “Construção e degradação do Brasil: quando o interesse se sobrepõe ao desejo”.

Segundo o filósofo, existe na sociedade brasileira um jogo de interesses permeando as

relações sociais. Ele afirmou que as pessoas priorizam o dinheiro e o trabalho, e não as relações afetivas. Ele citou a raiz indígena e negra do Brasil:

— Estamos deixando morrer o espírito mestiço, heterogêneo que fez a nação. Talvez o Brasil se transforme em um país de gângsteres e bandidos que só se interessam pelo mercado.

O filósofo explicou que os termos construção e degradação não são opostos que se referem à ascensão e à decadência do Brasil, mas práticas que coexistem. Para ele, o país se divide em dois — um empenhado em construir e outro que cria obstáculos ao desejo coletivo.

Segundo Maciel Júnior, o indivíduo desde criança recebe estímulos da corrupção — que também leva à degradação. Isso, explicou, não existe só nos altos níveis de poder, mas também nas relações de todos os cidadãos, atores nas práticas de construção e degradação.

— As relações interpessoais refletem as autoridades que são eleitas como ideais da nação.

Para mudar, o filósofo disse que é preciso que as pessoas façam uma reflexão crítica:

— Se formos capazes de despertar no outro o afeto, talvez melhoraremos nosso modo de viver.



O filósofo Auterives Maciel Júnior fala no Auditório do Interlegis, no segundo ciclo de debates do *Fórum Senado Brasil 2012*

Requião debate integração regional no Parlandino

Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), o senador Roberto Requião (PMDB-PR) vai participar de sessões ordinárias do Parlamento Andino (Parlandino) para discutir a integração regional do continente. O evento, que acontece hoje e amanhã, em Lima, no Peru, terá como temas o papel parlamentar nos processos de integração e o diálogo político regional.

Formado por parlamentares da Colômbia, Equador, Bolívia e Peru, o Parlandino é o braço deliberativo da Comunidade Andina (CAN), cuja população é de cerca de 120 milhões de habitantes. Segundo Requião, que representará o Parlasul no encontro, essa será uma oportunidade de defender a ampliação do Mercosul e reiterar a importância do bloco.

Prisão especial para juízes e membros do MP pode acabar

Entre as 397 matérias prontas para votação pelo Plenário do Senado que podem ser examinadas a partir desta semana está o projeto que extingue a prisão especial para integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP).

Para o autor da proposta (PLS 151/09), senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), atual ministro da Pesca, a prisão especial é resquício da cultura preconceituosa dos “bacharéis, dos doutores, dos coronéis”.

No ano passado, o Senado aprovou projeto semelhante (PLC 111/08), acabando com a prisão especial, mas manteve a prerrogativa para juízes e integrantes do MP. O projeto de Crivella mantém a condição de preso especial somente para quem possa correr risco extremo em aprisionamento coletivo.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PRORROGA PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE EMENDAS A PROJETOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O EXECUTIVO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) prorrogou para quinta-feira a data final de apresentação de emendas a 28 projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs 27/12 a 54/12) que alteram a Lei Orçamentária deste ano para destinar mais de R\$ 26 bilhões de créditos adicionais a vários ministérios e órgãos do Executivo.

Os créditos adicionais podem ser especiais, que introduzem itens não previstos no Orçamento, e suplementares, que complementam valores. O cronograma da CMO prevê apresentação de parecer sobre as emendas até 6 de novembro. Relatório e emendas devem ser votados em sessão do Congresso até o dia 18.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA
TERÇA
QUARTA

- PLENÁRIO: Sessão de debates**
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados de lideranças e da Mesa.
- CDH: Políticas de acessibilidade**
9h O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência debate políticas de acessibilidade.
- DIA DO SERVIDOR: Palestra**
9h30 Em homenagem ao Dia do Servidor, Senado realiza palestra sobre perspectivas de crescimento profissional.
- CAS: Presidente da ANS**
9h Comissão promove debate com o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Maurício Ceschin, sobre a suspensão de 268 planos de saúde.
- CAE: Exportação**
10h Na pauta, proposta que beneficia empresas em zonas de processamento de exportação (ZPEs) e projeto que trata da gratuidade de ônibus para idosos.
- CE: Ministra Marta Suplicy**
10h A ministra da Cultura, Marta Suplicy, participa de audiência pública da Comissão de Educação para falar sobre políticas e diretrizes do ministério.
- CMA/CDH: Planos de saúde**
11h As Comissões de Meio Ambiente e de Direitos Humanos promovem debate sobre a qualidade da prestação de serviços pelos planos de saúde.
- CPI DA MULHER: Requerimentos**
11h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher se reúne para apreciação de requerimentos.

- PACTO FEDERATIVO: Relatório**
15h Entrega do relatório da comissão de especialistas encarregada de propor mudanças no pacto federativo.
- CMO: Ministra do Planejamento**
14h/18h/20h Comissão vota créditos para órgãos públicos. Às 14h30, Miriam Belchior fala sobre diretrizes orçamentárias.
- CCT: Biogás**
9h Comissão promove audiência pública sobre a política nacional do biogás.
- CAS: UTI em evento esportivo**
9h Na pauta, projeto que prevê UTI móvel para eventos esportivos com pelo menos 10 mil torcedores.
- CE: Federalização da educação**
10h A federalização da educação básica volta ao debate com Marta Arretche, da USP, e Mariza Abreu, da CNM.
- CCJ: Roubo a banco**
10h Pauta inclui projeto definindo que roubo a banco seja investigado pela Polícia Federal. Em seguida, sabatina de Lúcio Mário Góes para ministro do STM.
- CPI DA MULHER: Distrito Federal**
14h Comissão ouve secretários do DF Sandro Avelar (Segurança), Rafael Barbosa (Saúde) e Olgamir Ferreira (Mulher).
- CMMC: Controle do desmatamento**
14h Comissão realiza debate sobre planos governamentais de controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado e o de agricultura de baixa emissão de carbono.
- CMO: Créditos adicionais**
14h30/18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise de projetos remanescentes da pauta anterior.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Comissão debate federalização e educação básica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza na quarta-feira, às 10h, o quinto debate do ciclo *Educação e Federalismo*. Para discutir o tema “Educação básica: responsabilidade do governo federal?” estão convidadas a professora da Universidade de São Paulo (USP) Marta Teresa da Silva Arretche e a consultora em educação da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Mariza Abreu.

O ciclo de audiências foi proposto por Cristovam Buarque (PDT-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), com o objetivo de reunir subsídios para a elaboração de um projeto de lei. Em discursos, Cristovam sugeriu a criação de uma carreira nacional do magistério, adotando, por exemplo, parâmetros já aplicados aos professores de escolas técnicas e colégios militares. Todos entrariam em uma carreira federal, com salário reajustado para R\$ 9 mil, valor inviável se ficasse a cargo dos municípios. A implementação do sistema teria a adesão gradativa de grupos de municípios.

CPI visitará órgãos de atendimento à mulher no DF

Órgãos do Distrito Federal e Entorno receberão a visita da CPI mista que investiga a violência contra a mulher. Hoje e amanhã, os parlamentares farão diligências em delegacias, juizados e entidades de defesa da mulher de Brasília, Ceilândia e dos municípios goianos de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Planaltina de Goiás e Formosa, e terão um encontro com o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Na quarta-feira haverá audiência pública no Senado para tratar do assunto.

O DF, 11ª unidade da Federação a ser visitada pela CPI, ocupa o 7º lugar do país em assassinatos de mulheres, de acordo com o *Mapa da Violência 2011*, do Instituto Sangari e do Ministério da Justiça. A taxa de homicídios na região é de 5,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, acima da média nacional, que é de 4,4.

As atividades no DF e Entorno atendem a requerimento da deputada Marina Santanna (PT-GO). A CPI é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem a senadora Ana Rita (PT-ES) como relatora.

Se a lei que cria o Plano Nacional de Educação já estivesse em vigor, área receberia cerca de R\$ 414 bilhões este ano, o dobro do valor atual

Senado analisará plano que aumenta verba de educação para 10% do PIB

NOS PRÓXIMOS DIAS, o Senado deve dar início ao exame do Plano Nacional de Educação (PNE), que irá destinar 10% do produto interno bruto (PIB) para as políticas do setor. Atualmente, a União, os estados e os municípios aplicam, no total, cerca de 5%. Como em 2011 o PIB brasileiro somou R\$ 4,143 trilhões, se a lei já estivesse vigorando em 2012, a educação receberia R\$ 414 bilhões.

A votação do plano, referente ao decênio 2011—2020, foi concluída no dia 16 na Câmara, onde a matéria (PL 8.035/10), a ser encaminhada ao Senado, foi relatada pelo deputado Angelo Vanhoni (PT-PR).

Pelo texto aprovado, o governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB nos primeiros cinco anos de vigência do plano, e 10% ao final de dez anos.

A ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência da lei, podendo ser revista para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do plano.

A União deverá promover pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com



Escola Córrego das Corujas em Brasília: universalizar ensino fundamental, com nove anos de duração, está entre objetivos

intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PNE e subsidiar a elaboração do plano para o decênio 2021—2030.

Planos estaduais

A consecução das metas e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Cada ente federativo também terá de elaborar próprio plano de educação ou adequar plano já aprovado, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas

no PNE 2011—2020. A adequação deverá ser feita no prazo de um ano, contado da publicação da lei.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com informações relativas ao desempenho dos estudantes na avaliação nacional do rendimento escolar.

O Ideb é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação.

Além de estabelecer a aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, o plano tem como diretrizes a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção da sustentabilidade socioambiental, a promoção humanística, científica e tecnológica do país, a valorização dos profissionais da educação, a difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade e a gestão democrática do setor.

Metas incluem aumento no período mínimo de estudo

Entre as 20 metas do PNE 2011—2020, aprovado pela Câmara e a ser encaminhado ao Senado, estão a de universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e a ampliação, até 2020, da oferta de educação infantil para atender 50% das crianças de até 3 anos.

O plano pretende ainda universalizar o ensino fundamental, com nove

anos de duração, para a faixa etária de 6 a 14 anos. E garantir escola para toda a população de 15 a 17 anos até 2016, além de elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% das pessoas nessa faixa etária.

Outra meta é a de universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar, na rede regular de

ensino, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Todas as crianças terão de ser alfabetizadas até, no máximo, os 8 anos de idade, e deverá ser oferecida educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica. Além disso, o PNE estabelece o objetivo

de atingir médias nacionais progressivas para o Ideb até 2021.

O plano visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, região de menor escolaridade no país. Também busca igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Documento prevê erradicação do analfabetismo até 2020

Uma das metas mais ambiciosas do PNE determina que, até 2020, seja erradicado o analfabetismo absoluto e reduzido em 50% o analfabetismo funcional — em que a pessoa consegue ler, mas não compreende o texto.

O plano também pretende oferecer o mínimo de 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

O governo quer elevar a qualidade da educação superior ampliando para pelo menos 75% o percentual de professores com mestrado e doutorado. Do total, 35% deverão ser doutores.

Haverá incentivo para o aumento gradual no número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

União, estados, Distrito Federal e municípios deverão colaborar para que todos

os professores da educação básica tenham formação específica de nível superior.

Outro objetivo é o de formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e garantir a todos formação continuada na área de atuação deles.

Entre outras ações para valorizar o magistério, o PNE assegura a existência de planos de carreira para os profissionais em todos os sistemas de ensino.

O prazo para elaboração é de até dois anos.

Gestão democrática

Outra meta prevista no Plano Nacional de Educação 2011—2020 é a garantia, mediante lei específica a ser aprovada pelos estados, Distrito Federal e municípios, da nomeação de diretores de escola vinculada a dois fatores: critérios técnicos de mérito e desempenho e participação da comunidade escolar.

Grupo entrega amanhã textos do pacto federativo

Juristas entregarão ao Senado anteprojeto com normas para os royalties do petróleo e a concessão de benefícios fiscais, para reduzir desequilíbrio financeiro entre estados

A COMISSÃO DE especialistas criada pelo Senado para propor mudanças na legislação sobre o pacto federativo apresentará amanhã o relatório final.

No documento, a comissão apontará caminhos para reduzir o desequilíbrio financeiro entre os estados. Serão sugeridas mudanças nas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da distribuição dos royalties do petróleo, da dívida dos estados com a União e do uso do ICMS como arma da guerra fiscal.

As propostas dos especialistas foram divididas em nove anteprojeto de lei, além de duas sugestões a projetos que já estão tramitando no Congresso Nacional.

O presidente da comissão de especialistas é o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim. O relator é o ex-secretário



Nelson Jobim e Everardo Maciel, presidente e relator da comissão

da Receita Federal Everardo Maciel.

Fundo dos Estados

A comissão discutiu dois modelos para a partilha do dinheiro do FPE: um que busca equalizar as receitas estaduais e outro que se baseia em indicadores de desenvolvimento.

No primeiro modelo, a distribuição dos recursos seria feita de maneira a tornar

mais uniforme a receita per capita dos estados, com maior transferência para aqueles com menor receita. O segundo modelo é focado em indicadores que indiretamente apontem os estados mais necessitados de receita, como a renda per capita e o tamanho da população.

O relatório tende a combinar os dois modelos e criar mecanismos que evitem mudanças

bruscas na passagem para as novas regras.

Petróleo

A proposta de partilha dos recursos do petróleo deverá estar condicionada à decisão sobre o FPE. O projeto de lei que trata dos royalties (PL 2.565/11) prevê que parte significativa dos recursos seja distribuída de acordo com os mesmos critérios do FPE.

O projeto que trata dos royalties já foi aprovado no Senado e aguarda a deliberação da Câmara. A comissão deverá estabelecer formas de compensar, por meio dos royalties, os estados que perderem recursos com a reforma do FPE.

Dívidas

Na correção das dívidas dos estados com a União, os especialistas propõem a troca do IGP-DI (Índice Geral de Preços — Disponibilidade

Interna) pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A taxa de juros passaria a ser fixa, 3% ao ano, e o comprometimento da receita líquida dos estados com o pagamento da dívida cairia de 13% para no máximo 11%.

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram 90% da dívida e lideram movimento pela mudança do índice.

Guerra fiscal

A comissão deve propor uma regra estabelecendo que um estado só poderá oferecer benefício fiscal via ICMS se obtiver a aprovação unânime do Conselho de Política Fazendária (Confaz). Nas situações que escaparem da unanimidade, a proposta deve incluir a conceitualização de isenção, incentivo e benefício fiscal, especificando a forma pela qual vai se deliberar sobre cada um.

Debate coloca em xeque incentivos fiscais de ICMS nos estados

Nesta semana, o Senado deve receber o primeiro relatório da Comissão do Pacto Federativo e pode retomar as discussões sobre a nova forma de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O governo também espera colocar na pauta de discussões a proposta defendida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de pôr fim à guerra fiscal entre os estados a partir da unificação em 4% das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, o ministro da Fazenda informou que nos próximos dias estará reunido com governadores em Brasília para discutir a questão. Ele diz que espera ter uma nova legislação sobre a concessão de incentivos até o final de 2012, como forma de pôr um ponto final na instabilidade jurídica que pesa sobre os incentivos fiscais concedidos pelos

governos estaduais.

Em junho de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou em bloco 14 ações diretas de inconstitucionalidade, nas quais condenou, por unanimidade, a concessão de benefícios fiscais do ICMS ao desamparo de convênio aprovado pela unanimidade dos estados e do Distrito Federal, exigida pela Lei Complementar 24/75, que dispõe sobre os convênios para a concessão de

isenção do imposto.

Foram declaradas inconstitucionais leis do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. O STF tem ainda outras 34 ações de inconstitucionalidade a serem julgadas sobre o tema.

Zona Franca

Todos os estados, à exceção do Amazonas, já foram condenados pelo STF pela prática da

guerra fiscal, segundo Walter Pinheiro (PT-BA), autor de um projeto (PLS 375/12) que regula, mediante deliberação dos estados, a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais no que se refere ao ICMS. O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No caso do Amazonas, a Zona Franca de Manaus foi dispensada pela Lei Com-

plementar 24/75 de obter a anuência das demais unidades para incentivar suas indústrias.

Pinheiro observa que a política de desenvolvimento regional calcada na renúncia do Imposto de Renda “esvaneceu-se” a partir da última década do século 20. Em consequência, cada estado viu-se obrigado a instituir uma política de desenvolvimento econômico e social, fortemente calcada no instrumento tributário, afirma.



Fábricas do Distrito Industrial de Jundiaí (SP): comissão entregará ao Senado proposta que busca anular uso do ICMS na guerra fiscal entre estados

Comissão finaliza votação de proposta que ajuda empresas instaladas em zonas de exportação

O projeto que permite às empresas instaladas em zonas de processamento de exportação (ZPEs) destinar ao mercado interno até 40% da produção está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e será votado em caráter teminativo. A proposta (PLS 764/11) terá turno complementar de votação, porque foi aprovado substitutivo integral na votação anterior.

Atualmente, 80% da produção devem ser obrigatoriamente exportados. Conforme o substitutivo de Jorge Viana

(PT-AC) ao projeto de Lídice da Mata (PSB-BA), as empresas da área de softwares poderão vender no mercado interno a metade do que produzem nas ZPEs.

O objetivo é estimular as zonas de processamento, apontadas como instrumento importante de desenvolvimento de países como China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan. O projeto estabelece ainda algumas facilidades, como a possibilidade de cumprimento gradual da cota de exportação até o terceiro ano de funcionamento da empresa na ZPE.

Em análise, projeto de lei que inclui o gasto com móveis no financiamento da casa própria

Custos com móveis podem passar a fazer parte de operações de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação. Esse é o objetivo de um projeto que está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A proposta (PLS 663/07), do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), fora rejeitada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), argumentou que os custos com decoração aumentam

o valor da operação em 130% do valor do imóvel. Esse custo, associado aos móveis, explicou, não repercute na avaliação do imóvel e, assim, não participa da composição da garantia vinculada, o que poderia inviabilizar o financiamento.

O relator na CAE, Lobão Filho (PMDB-MA), tirou o projeto de decoração, mas entende que o financiamento deve abranger os móveis, por representar menor custo para o cidadão do que o cobrado por lojas que financiam móveis.